



## DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

212

### 1. ENTE

**Nome:** Prefeitura Municipal da Morada Nova / CE  
**Endereço:** Avenida Manoel de Castro, 726  
**Bairro:** Centro  
**Telefone:** (088) 3422-1730

**Fax:**  
**CNPJ:** 07.782.840/0001-00  
**Complemento:**  
**CEP:** 62840-000  
**E-mail:** osasuprevidencia@gmail.com

### 2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

**Nome:** Glauber Barbosa Castro  
**Cargo:** Prefeito  
**E-mail:** osasuprevidencia@gmail.com

**CPF:** 408.418.934-04  
**Complemento do Cargo:**  
**Data Início do Cargo:**

### 3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICIPAL

**Nome:** Instituto da Previdência dos Servidores Municipais da Morada Nova (IPREMN)  
**Endereço:** Av. Manoel Castro, 230  
**Bairro:** Centro  
**Telefone:** (088) 3422-1730

**CNPJ:** 07.796.308/0001-63  
**Complemento:**  
**CEP:** 62840-000  
**E-mail:** osasuprevidencia@gmail.com

### 4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

**Nome:** José Osáias Nóbua  
**Cargo:** Superintendente  
**Telefone:** (088) 3422-1730

**Fax:**  
**Complemento do Cargo:**  
**CPF:** 001.846.873-53  
**E-mail:** osasuprevidencia@gmail.com

**Data Início do Cargo:** 27/01/2009

### 5. GESTOR DE RECURSOS

**Nome:** Francisca Josefa da Lima  
**Cargo:** Diretor  
**Telefone:** (088) 3422-1730

**Fax:**  
**Complemento do Cargo:**  
**CPF:** 520.015.043-49  
**E-mail:** jlobacovca@bocmail.com

**Data Início do Cargo:** 01/03/2009

### 6. RESPONSÁVEL PELO ENVIÓ

**Nome:** Francisca Josefa da Lima  
**Telefone:** (088) 3422-1730  
**Data de envio:** 28/03/2015

**Fax:**  
**Complemento do Cargo:**  
**CPF:** 520.015.043-49  
**E-mail:** jlobacovca@bocmail.com

**Validade Certificação:** 05/08/2017

**7. DEMONSTRATIVO**

Exercício: 2015

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos:

Francisca Josefa de Lima

Data da Elaboração: 09/02/2015

Data da ata de aprovação:

24/03/2015

CPF: 520 015 043 49

Órgão superior competente: Conselho Municipal de Previdência Social

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação:  Meio Eletrônico

Impresso

**RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, 1ª	100,00	60,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, 1ª	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa Referenciadas RF - Art. 7º, III, a	60,00	60,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	0,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, b	5,00	0,00
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>		
FI Ações referenciadas - Art. 8º, I		
FI de Índices Referenciadas em Ações - Art. 8º, II	30,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	20,00	0,00
FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, IV	15,00	0,00
FI em Participações - Fechado - Art. 8º, V	5,00	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em Bolsa - Art. 8º, VI	5,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>250,00</b>

Declara que o valor excedido do limite do tomatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada nesta Demonstrativa, conforme documentos anexados



## cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

Para embasar as decisões de investimento será elaborado cenário macroeconômico com revisão trimestral das seguintes premissas:

- Crescimento econômico – PIB nacional e internacional;
- Previsão da Taxa SELIC - final do período;
- Inflação (IPCA);
- Níveis possíveis de juros reais;
- Taxa de câmbio; e
- Possibilidades de investimento em renda fixa e em renda variável

O cenário para o ano de 2015 não é nada animador. Do lado externo, as principais economias do planeta concentram seus esforços na estabilização de seus mercados. Apesar de não enxergarmos, por ora, um quadro recessivo na economia mundial, a recuperação é lenta e os efeitos dos estímulos se darão no longo prazo. Com isso, espera-se que os preços das commodities mantenham-se pressionados pela demanda enfraquecida, o que é uma má notícia para o Brasil, tradicional exportador mundial de commodities metálicas e agrícolas. O resultado disso é que a batarya comercial vem registrando resultados pífios, com o mercado projetando fechar o ano de 2014 com saldo de US\$ 2,1 bilhões.

Do lado doméstico, temos sérios problemas a serem resolvidos. O modelo econômico adotado pelo governo FHC, baseado no tipo "responsabilidade fiscal, sistema de metas de inflação e câmbio flutuante", que deu estabilidade e confiança a economia brasileira, foi aos poucos abandonado e por fim substituído pela denominada "nova matriz econômica", caracterizada por expansão fiscal, crédito abundante e juros subsidiados e taxa de câmbio controlada. O resultado foi que o país pouco cresceu, a inflação fugiu ao controle, e as finanças públicas entraram em rota de insustentabilidade. As famílias, incentivadas ao consumo, estão endividadas, e a inflação alta não incentiva o consumidor a tomar mais crédito. O governo insiste em afirmar que o problema da economia é da demanda e que pode colocar a economia em um circuito virtuoso.

Do lado da oferta, as perspectivas não são animadoras. O setor industrial opera em ritmo lento e o Índice de Confiança da Indústria está nos menores níveis observados em 2009. O baixo investimento em infraestrutura notadamente pelo setor público, desestimula o setor produtivo. A inflação deverá permanecer pressionada nos primeiros meses do ano, devido à baixa oferta de produtos, além da pressão exercida pelos preços administrados. A estagnação prolongada reforça um quadro ruim e encarecem o item relativo aos alimentos, que exerce grande peso nos índices. O IPCA continuará batendo o teto da meta de inflação estabelecida, de 6,50%, ao ano, em decisão dividida (6 votos a favor da elevação e 3 votos favoráveis à manutenção). De certo modo, a decisão surpreendeu o mercado, que esperava manutenção da taxa em 1,00% ao ano, e novas elevações somente a partir de 2015. O objetivo é sinalizar ao mercado o compromisso de fazer a inflação convergir aos poucos para o cenário da meta, de 4,50% ao ano. Além disso, um aumento dos juros nos EUA cada vez mais próximo (talmente forçará novos aumentos na Selic no futuro para conter a fuga de capitais do país e os efeitos negativos de uma desvalorização cambial).

Somados, todos esses fatores refletem no baixo crescimento da economia. O mercado estima que o PIB se expandirá abaixo de 0,3% em 2014, e não muito mais do que 0,60% no próximo ano. Em meio a tudo isso, as agências de classificação de risco Fitch e Standard & Poor's estão atentas aos próximos passos do governo na área econômica, para avaliar as perspectivas de rating. A Fitch divulgou relatório informando que a capacidade das autoridades brasileiras em combater os desequilíbrios econômicos e fiscais do país será crucial para a avaliação do rating soberano.

De concreto, ainda não é possível vislumbrar um cenário que permita fazer projeções precisas. Mas dá para imaginar que será mais um ano desafiador para se obter rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tanto no mercado de renda fixa quanto no mercado de renda variável.

Projeção de indicadores macroeconômicos para exercício de 2015:

Projeções Macroeconômicas

BRASIL 2015

Variação Percentual Previsível Otimista

PIB (% de crescimento real) 0,50 0,60 1,00

IPCA 7,00 6,42 5,50

IGPM 6,90 5,54 4,90

Taxa de Câmbio final (R\$/US\$) 2,60 2,60 2,25

Taxa Selic (final do ano) 13,20 12,00 11,00

Taxa Selic (média do ano) 12,75 11,97 11,25

Taxa de Juros Real (deflacionado IPCA) 5,65 5,24 5,21

Análise setorial para Investimento

Mesmo com a expectativa de aumento da Taxa Selic, será necessário que o referido Regime Próprio da Previdência Social aplique recursos em renda variável visando superar a meta atual para evitar as possíveis perdas financeiras dos próximos anos e reduzir o Déficit Atuarial

A alocação em renda variável necessita de um conhecimento e experiência na gestão no mercado de ações.

A aplicação em Títulos Públicos Federais é considerada operação com risco soberano, ou seja, é considerada a mais segura de todas, isto se demonstra, pois é o único tipo de aplicação que o RPPS pode alocar 100% dos

seus recursos. Posicionamento que atualmente foi referendado pela maior agência de classificação de risco da investimento a Standard & Poor's, que concedeu o Ibo celebrado "INVESTIMENT GRADE" ao Brasil. As aplicações em Fundos de Investimento - FI exclusivos de títulos públicos também podem ter aplicação de até 100% dos recursos.

Os Fundos Referenciados são uma opção para aplicação dos recursos que serão utilizados na administração do fundo e no pagamento de benefícios mensais, vez que tem rentabilidade baixa. Devido ser de liquidação imediata, por ser mantido até 15% dos recursos nesta aplicação, dependendo dos fluxos de pagamentos do RPPS.

O percentual alocado poderá ser maior nos momentos em que os recursos estiverem aguardando para serem alocados em outras aplicações e caso os Fundos compostos por Títulos Públicos (SELIC) estiverem mais rentáveis poderão substituir esta segmentação.

Com relação aos Fundos Previdenciários, Fundos condomínios ebofo e Fundos de Direitos Creditórios (FIDC), todos mantemos recursos porém o FIDC será o que provavelmente iremos aplicar na ordem de no máximo, 15%.

**Objetivos da Gestão**

O objetivo é garantir o equilíbrio de longo prazo entre o ativo e passivo do IPMNU, obedecendo a seguinte meta:

- Meta atuarial: 6% ao ano + inflação (IPCA) projetada para 2015 de 6,42% ao ano, totalizando uma rentabilidade anual de 12,57%.
- A meta de investimento deve ser de 12,57% ao ano.

**Estratégia de Formação de Preços - Investimentos e Desinvestimentos**

Os investimentos deverão ocorrer da forma indireta

**Critérios de Contratação - Administração da carteira de renda fixa e renda variável**

A contratação sempre seguirá a metodologia de crescimento estabelecendo a necessidade da avaliação das instituições concorrentes de acordo com os critérios fixados na Resolução nº 3.922/10, além da necessidade do envio das rentabilidades mensais dos últimos 36 meses de todos os fundos de investimentos vigentes das instituições financeiras que serão oferecidas no RPPS, as respectivas políticas de investimento e prospecto.

Nos investimentos via cota de Fundos de Investimentos, deverá ser observado obrigatoriamente os seguintes itens, para cada instituição financeira:

- Deverá ser realizado trimestralmente, em março, junho, setembro e dezembro, avaliação de desempenho, onde será observada a rentabilidade da aplicação Para executar esta avaliação deverá ser encaminhado pela instituição financeira as rentabilidades mensais dos últimos 12 meses consecutivos, além dos índices de benchmark dos últimos 12 meses consecutivos.
- Caso haja mais de uma instituição financeira para o mesmo investimento, deve-se suspender novas aplicações no investimento da instituição que não alcance as rentabilidades satisfatórias ou que tenha a pior rentabilidade.
- Caso haja somente uma instituição financeira, deve-se procurar outras instituições, caso esta não alcance rentabilidade satisfatória.

**Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos**

Para a execução desta Política Anual de Investimento e cumprimento da legislação em vigor, será obrigatória a realização dos pontos abaixo:

- o Elaboração de relatórios trimestrais e semestrais de rentabilidade, tendo como parâmetro de análise:
- o Meta atuarial;
- o Gerenciamento da risco;
- o Índice de Sharpe; e
- o Elaboração da Fronteira Eficiente: determinação da carteira de investimento a partir da relação risco/retorno

Dependendo da regulamentação suplementar a Resolução 3922/10, deverá o RPPS proceder a abertura da conta de custódia para organizar os fluxos de pagamento e recebimentos dos proventos referentes aos segmentos de renda fixa e renda variável.

No caso de investimentos em fundos previdenciários de ações, será necessário o acompanhamento da carteira aberta a fim de detectar o cumprimento do enquadramento da carteira conforme Resolução CMN 3.922/10

**Observações**

Sem observações.



Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	403.416.934-04 - Glauber Barbosa Castro	Data:	11	Assinatura:	
Representante Legal da Unidade Gestora:	001.839.873-53 - José Osaelin Nájima	Data:	11	Assinatura:	
Gestor de Recurso RPPS:	520.015.043-49 - Francisca Josefina de Lima	Data:	24/03/15	Assinatura:	
Responsável:	520.015.043-49 - Francisca Josefina de Lima	Data:	24/03/15	Assinatura:	